

ESTUDO DE CASO SOBRE OS ASPECTOS DA REABILITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO EDIFÍCIO DO HOSPITAL ESCOLA SÃO FRANCISCO DE ASSIS (HESFA/UFRJ)

Camilla de Abreu e Silva⁽¹⁾

camilla.abreu@poli.ufrj.br

Pedro Felipe Gomes de Oliveira⁽²⁾

pfgoliveira@poli.ufrj.br

ÁREA: MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO

Resumo

Inaugurado por Dom Pedro II em 1879, o Asylo da Mendicidade atualmente é conhecido como Hospital Escola São Francisco de Assis, de propriedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Trata-se de uma construção com arquitetura única em toda América Latina e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e que, ainda hoje, atende pacientes cadastrados no Sistema Único de Saúde (SUS). Contudo, embora sua singularidade histórica seja reconhecida, virtualmente nenhum recurso foi empregado em sua manutenção, gerando construções adjacentes espúrias, comprometimento na estrutura, insuficiência e sistemas prediais elétricos e hidráulicos e obliteração tecnológica. Ciente, a UFRJ, através do Escritório Técnico da Universidade (ETU), iniciou licitação para reabilitação do edifício em questão, contemplando a atualização tecnológica, a resolução de problemas de engenharia estrutural e a restauração de elementos históricos. Todavia, empecilhos culminaram no embargo momentâneo da obra, como legislação, normas técnicas, custos e investimentos. Por esta razão, o presente estudo utiliza-se do embasamento de revisões bibliográficas e da análise crítica para desvendar as dificuldades trazidas pelas diretrizes, legislações e normas de restauração de patrimônio, assim como a maneira pela qual as referidas impedem a preservação de edifícios. Em adição, este trabalho se utilizará de entrevistas aos profissionais considerados autoridades no assunto, buscando compreender o modo como a preservação do bem não significa impedimento a sua modernização e revitalização.

Palavras-chave: Reabilitação de Edifícios
Restauração de Patrimônio Histórico
Legislação
Atualização Tecnológica
Hospital Escola São Francisco de Assis (HESFA)

ESTUDIO DE CASO SOBRE LOS ASPECTOS DE LA REHABILITACIÓN Y MODERNIZACIÓN DEL EDIFICIO DEL HOSPITAL ESCUELA SAN FRANCISCO DE ASÍS (HESFA/UFRJ)

Camilla de Abreu e Silva⁽¹⁾

camilla.abreu@poli.ufrj.br

Pedro Felipe Gomes de Oliveira⁽²⁾

pfgoliveira@poli.ufrj.br

AREA: MANTENIMIENTO Y RESTAURACIÓN

Resumen

Inaugurado por Don Pedro II en 1879, el Asylo da Mendicidade actualmente es conocido como Hospital Escuela San Francisco de Asís, de propiedad de la Universidad Federal de Río de Janeiro (UFRJ). Se trata de una construcción con arquitectura única en toda América Latina y tumbada por el Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (IPHAN) y que, aún hoy, atiende a pacientes registrados en el Sistema Único de Saludo (SUS). Sin embargo, aunque su singularidad histórica es reconocida, virtualmente ningún recurso fue empleado en su mantenimiento, generando construcciones adyacentes espurias, comprometimiento en la estructura, insuficiencia y sistemas prediales eléctricos e hidráulicos y obliteración tecnológica. La UFRJ, a través de la Oficina Técnica de la Universidad (ETU), inició licitación para rehabilitación del edificio en cuestión, contemplando la actualización tecnológica, la resolución de problemas de ingeniería estructural y la restauración de elementos históricos. Sin embargo, los obstáculos culminaron en el embargo momentáneo de la obra, como legislación, normas técnicas, costos e inversiones. Por esta razón, el presente estudio se utiliza de la base de revisiones bibliográficas y del análisis crítico para desentrañar las dificultades traídas por las directrices, legislaciones y normas de restauración de patrimonio, así como la manera en que las referidas impiden la preservación de edificios. En adición, este trabajo se utilizará de entrevistas a los profesionales considerados autoridades en el asunto, buscando comprender cómo la preservación del bien no significa impedimento a su modernización y revitalización.

Palabras clave: Rehabilitación de Edificios
Restauración de Patrimonio Histórico
Legislación
Actualización Tecnológica
Hospital Escuela São Francisco de Asís (HESFA)

1. INTRODUÇÃO

A reabilitação de edifícios é uma prática amplamente adotada em outros países, porém nem sempre bem recebida no Brasil. Após o advento de construções bem sucedidas contemporâneas – como a reabilitação do edifício onde operava a sede da extinta companhia aérea “Varig” para integração ao projeto do Museu de Arte do Rio (MAR), inaugurado em 2013 –, o termo sofreu uma espécie de *rebranding*, retornando às discussões de profissionais da Construção Civil. Anteriormente, a grande parte das iniciativas reabilitadoras eram vinculadas a programas governamentais, sujeitos à disponibilização de financiamento e parcerias público-privadas para efetiva realização. Deste modo, não raramente, tais obras procediam em lento andamento, sendo interrompidas recorrentemente.

Não obstante, a história do conjunto de edifícios do Hospital Escola São Francisco de Assis (HESFA) também enfrentou percalços. Único remanescente sulamericano atual de uma arquitetura neoclássica com distribuição pan-óptica, a instituição foi tombada como patrimônio pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Conseguiu perseverar e triunfar, ao ser considerado desde 1997, um centro de referência nacional na pesquisa e tratamento de pessoas de baixa renda portadoras do vírus *HIV*, com cerca de 20 mil pacientes por mês das mais diversas faixas etárias. No entanto, tal sucesso não poderia ser creditado às suas instalações e infraestrutura: anexos construídos irregularmente, inexistência de manutenção preventiva ou sequer corretiva, depredações causadas por vandalismo, obsolescência tecnológica, insuficiência de capacidade das instalações prediais – causando inoperabilidade em diversas alas, além de cessão nas ofertas de serviços assistenciais –, dentre outros.

Monteiro (2014)¹ levanta que o abandono de um bem tombado é uma questão controversa, uma vez que espera-se conscientização da necessidade de sua preservação através de seu tombamento. Ainda complementa que, ao explorar que os imóveis patrimoniais do país não recebem os adequados investimentos para restauro, a manutenção preventiva é preterida àquelas de caráter restaurativo urgente, não havendo resguardo dos aspectos que comporiam a identidade de um dado monumento.

Ciente dos empecilhos impostos à sua realização, o presente estudo tem como objetivo o levantamento das dificuldades usualmente enfrentadas por edifícios tombados para sua preservação e restauração, através do estudo de caso da situação do HESFA. Além de análise da legislação e normas de restauração de patrimônio, serão observados os desafios impostos ao suprimento de suas necessidades e a viabilização da reabilitação de seu conjunto de edifícios.

2. RESTAURAÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO

2.1. Estado Atual

Alguns autores, tal como Souza *et al* (2002)², argumentam que, acrescidos aos longos anos de abandono e falta de manutenção de suas instalações, a situação precária do Hospital Escola São Francisco de Assis (HESFA) foi potencializada por sua reativação

apressada e sem planejamento, incentivada pela urgência de uma calamidade pública, conforme exposto no item anterior. Desta maneira, o espaço físico da instituição encontra-se ocupado somente em 40% de sua capacidade total, uma vez que muitas de suas instalações encontram-se desfiguradas e/ou em necessidade de reparos imediatos.

Embora tenha tido seu valor reconhecido, Monteiro (2014)¹ ressalta que a falta de investimentos para a restauração dos edifícios durante décadas acarretou em uma maior degradação de sua estrutura. Isto, pois, sem a adequada manutenção e atualização de suas instalações para acompanhamento de novas tecnologias de maquinários e equipamentos médicos, diversas alas perderam sua utilidade. Uma vez inutilizadas, o abandono destas acarretou em um risco ainda maior de ruína. Sobre o assunto, Kühl (1998)³ argumenta que “a reutilização do bem é o meio mais eficaz para garantir a sua preservação, pois um monumento sem uso se deteriora rapidamente enquanto aquele mantido em funcionamento pode durar séculos”.

Infelizmente, esta não parece ter sido a sorte de alguns dos prédios do conjunto de edificações do HESFA. Em entrevista à vereadora carioca Rabello (2011)⁴, a vice-diretora da instituição, Dra. Maria Catarina Salvador, informou que o aparecimento de graves avarias estruturais foi detectado, possivelmente causadas pelas diversas mudanças geotécnicas a partir da abertura da vias metroviárias, da construção de grandes prédios no entorno, além do aumento no fluxo de veículos nas vias públicas adjacentes. Deste modo, estes foram interditados, juntamente com aqueles de construções mais antigas e tombadas, cujas patologias envolvem desde precariedade de vedação e estabilidade do telhado até obsolescência das instalações – como elevadores em mal-funcionamento, falta de adaptação para acessibilidade, incapacidade das instalações prediais elétricas ao aumento de carga, etc.

Sob a perspectiva estética, a arquitetura original da instituição sofreu a adição de “construções espúrias”, tal como denominado pelo Arquiteto Paulo Bellinha, diretor da Divisão de Imóveis Tombados da UFRJ (DIPRIT/UFRJ), em entrevista a Bertolucci *et al* (2014)⁵. Construídas ao longo dos anos, motivadas por necessidades de novos serviços de saúde e/ou ocupações irregulares – tal como previamente explanado –, muitas deverão ser demolidas em um processo de restauração e recuperação da integridade estrutural do Conjunto. A planta de todos os prédios pertencentes ao conjunto, até o momento, pode ser apreciada na Figura 01.



Figura 01: Planta do Conjunto do HESFA durante sua História.
Fonte: UFRJ (2013), *apud* Monteiro (2014)¹.

2.2. Gestão, Financiamento e Custos

Rabello (2011)⁴ aponta que, desde 2004, a administração do HESFA busca por recursos para a realização de obras de restauração de suas instalações, porém tem encontrados dificuldades na intenção de subsídios. Somente após a publicação do “Plano Diretor UFRJ 2020”, aprovado pelo Conselho Univeritário em 05 de Novembro de 2009, foi possível a autorização para disponibilização de um fundo para recuperação do edifício. Isto, pois, em UFRJ (2009)⁶, é manifestada a intenção de integração das unidades independentes de saúde da UFRJ, visando o estabelecimento de um Complexo Hospitalar e sua posterior integração ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Assim, BNDES (2011)⁷ informou a liberação de R\$ 2 milhões do Programa “BNDES Procult”, com recursos não reembolsáveis para recuperação do edifício e geridos pela Fundação Universitária José Bonifácio. O projeto de intervenções emergenciais concernia a recuperação total das primeiras sete edificações construídas – todas tombadas -, inclusive a recoposição da estrutura de sustentação comprometida e as varandas dos prédios 03 e 07, interditadas. Ainda, seriam considerados serviços de descupinização, pintura, calafetagem, substituição de piso, recolocação de telhas e reestruturação da rede elétrica. Os investimentos despendidos têm como objetivo o “incentivo da revitalização urbanística da Cidade Nova, especialmente no eixo que liga a Praça Onze ao Centro Administrativo São Sebastião” (BNDES, 2011)⁷. Além disso, com os eventos esportivos da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas Rio 2016, previa-se o possível aumento da demanda por atendimento médico na região.

Em complemento, o arquiteto Paulo Bellinha – através de Bertolucci *et al* (2014)⁵ – informou que havia previsão para outra cota de financiamento, no valor de R\$ 3,3 milhões provenientes de recursos próprios da UFRJ, além de uma terceira parcela, de R\$ 12 milhões, provenientes do Ministério da Educação através do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF).

No que tange os custos das obras necessárias, o engenheiro Marcio Escobar Conforte, diretor do ETU/UFRJ – através de Rabello (2011)⁴ – levantou que os financiamentos seriam insuficientes para reparo total das instalações, uma vez que perfariam cerca de R\$ 30 milhões. De qualquer forma, em 2011, havia a previsão para a liberação da fração de R\$ 590 mil do fundo do BNDES para início da demolição de partes do prédio 07 e restauração emergencial de algumas das coberturas. À época, ainda havia um processo licitatório orçado em R\$ 3,2 milhões para realização de outras obras necessárias ao conjunto.

2.3. Legislação

Considerado o primeiro intento para a organização e proteção do patrimônio artístico e cultural nacional, o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, definiu o conceito e tinha como objetivo o incentivo da preservação de bens imóveis e móveis existentes no país, cuja conservação, segundo Monteiro (2014)¹, seria de interesse público.

Em Soares *et al* (2013)⁸, é exposto que as ações práticas executadas em bens patrimoniais brasileiros nem sempre consideram toda a magnitude intrínseca do termo “restauração” e “conservação”. Deste modo, como bem expõe Kühl (2009)³, “a falta de diálogo entre as ações práticas e a teoria do restauro leva o patrimônio arquitetônico a uma situação de risco: de um lado, faltam ações de manutenção preventiva. De outro, as

intervenção realizadas, por vezes, estão desprovidas de estrutura teórica própria do campo disciplinar do restauro” (Soares *et al*, 2013)⁸.

Mesmo que, por vezes, haja embasamento teórico adequado, é argumentado por Tirello (1999)⁹ que a improvisação utilizada por profissionais de restauro é frequentemente devida à pouca tradição na conservação do patrimônio histórico cultural brasileiro. Sendo assim, “as intervenções quase sempre se reduzem às reformas emergenciais que priorizam as consolidações estruturais, deixando fora do projeto a restauração dos metais, dos estuques, das madeiras e pinturas antigas originais”.

Diversos autores, dentre eles Soares *et al* (2013)⁸, responsabilizam as incoerências entre diferentes legislações para as dificuldades encontradas pelos profissionais. A “Carta de Veneza”, publicada em 1964 pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) a partir do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, é considerada um marco nas diretrizes públicas de restauro e conservação mundial e adotada em território nacional brasileiro. Nesta, são definidos conceitos, diferenciados e apontadas as peculiaridades e cuidados inerentes de cada um. Em 1972, a “Carta de Restauro”, divulgada pelo Governo da Itália, complementou que “entende-se por restauração qualquer intervenção destinada a manter em funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro as obras e os objetos definidos nos artigos precedentes”. Em contrapartida, como exemplo de incoerência, a Lei nº 11.228/1992, parte integrante do Código de Obras vigente, apresenta conceitos contrários às Cartas supracitadas, o que acaba por resultar em equívocos por parte de profissionais que a consultam sem o conhecimento e entendimento dos princípios essenciais e contextualizados.

3. REABILITAÇÃO PREDIAL DO HOSPITAL ESCOLA SÃO FRANCISCO DE ASSIS (HESFA)

3.1. Reconversão de Edifícios

Apesar do tombamento em 1983, o prédio do Hospital Escola São Francisco de Assis (HESFA) não obteve os investimentos necessários para resguardo de suas características estéticas e históricas ao longo dos anos. Com fachada em estilo arquitetônico neoclássico e disposição original pan-óptica, o conjunto sofreu diversas modificações com o tempo, recebendo anexos e ampliação de seu espaço. Dos treze prédios integrantes do conjunto, aqueles construídos entre 1879 e 1920, de acordo com Monteiro (2014)¹ e melhor ilustrado pela Figura 01, não afetaram grande parte da volumetria do projeto original, tendo sido inclusive consideradas as características pré-existentes.

Com as ocupações irregulares ocorridas no começo do século XX, a tipologia inicial já não mais foi observada, tendo sido construídos “elementos de qualidade arquitetônica bastante discutíveis” (Monteiro, 2014)¹. Como agravantes, a interdição ou demolição das varandas e coberturas – que anteriormente davam unicidade ao conjunto – juntamente com a desativação das prévias instalações prediais – e posterior substituição por outras sem qualquer estudo de demanda de carga –, induziram ainda mais a referida disparidade entre os edifícios.

Sendo assim, o projeto de restauração do HESFA, segundo o arquiteto Paulo Bellinha, em reportagem a Bertolucci *et al* (2014)³, objetiva, dentre outros aspectos, a reconversão entre os edifícios do conjunto. Para tal, o profissional explicou que um dos prédios construídos entre 1920 e 1950 foi demolido na reforma iniciada em 2012, além de uma ampliação irregular feita na mesma época. Outras três demolições incompatíveis e inutilizadas fariam parte do cronograma de obras, erguidas após 1950. O escopo do projeto ainda inclui permanência daqueles com arquitetura condizente, reforma das varandas conectoras dos edifícios, a reestabelecimento das ligações interprediais, dentre outros. Igualmente, o Plano Diretor UFRJ 2020 prevê a construção de dois novos prédios, em salvaguarda da volumetria original.

É importante ressaltar que a aprovação de tais demolições foi feita pelo IPHAN, mediante análise profunda da arquitetura de cada um dos prédios do conjunto e conclusão de sua incoesão. Registros de construções contemporâneas, além da consulta à profissionais especializados no assunto, são feitas para chegada ao veredicto.

Em adição, o restauro e reabertura de um túnel subterrâneo que, em meados da década de 1920, conectava o conjunto à Escola de Enfermagem Anna Nery, do outro lado da Rua Afonso Cavalcanti. Bertolucci *et al* (2014)³ conta que o referido túnel havia sido construído para que as “moças de boas família” não tivessem que circular em horário tardio pela rua. A ligação acabou sendo desativada em 1978, com o início das obras do metrô.

3.2. Patologias Encontradas e Intervenções

Em entrevista a Rabello (2011)¹⁰, a vice diretora do HESFA Prof. Maria Catarina Salvador acusava as patologias estruturais como alarmantes e causas de grandes dificuldades para um melhor aproveitamento das instalações dos prédios do conjunto. De fato, Affonso (2012)¹¹ ressalta que, por este motivo, algumas áreas do conjunto foram desativadas, uma situação piorada pela ausência de qualquer manutenção preventiva e/ou corretiva nos últimos 40 anos de história do hospital.

Reforços estruturais foram frequentemente necessários para a recuperação das varandas dos prédios, assim como demonstrado na Figura 02. Em ambientes internos, por vezes, houve a necessidade da total reconstrução dos elementos estruturais, completamente desgastados pelo uso e ausência de manutenção preventiva, conforme Figura 03. O acréscimo de cargas não dimensionadas em projeto estrutural original culminou no aparecimento de diversas rachaduras e, até mesmo, rompimento de pilares. Por este motivo, foi necessária a demolição de alguns destes elementos postigos, como foi o caso de varandas posteriores.

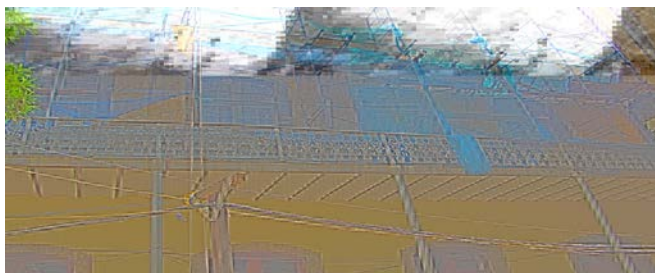


Figura 02: Restauro do barroteamento e estrutura da varanda dos prédios 07 e 07A.

Fonte: ETU (2017)¹².



Figura 03: Restauro das vigas de madeira do segundo pavimento

Fonte: ETU (2017)¹².

Patologias causadas por excesso de umidade nas estruturas e fundações, vedações e elementos construtivos também foram detectadas no conjunto. As Figuras 06 e 07 demonstram desgastes severos no madeiramento dos telhados, bem como na preservação e substituição das telhas remanescentes. Em adição, esquadrias empenadas, instáveis e, até mesmo, com vidros ausentes/quebrados podem ser observados (Figura 10), assunto a ser abordado mais profundamente no item a seguir.

Para a realização das intervenções consideradas necessárias para correção das patologias encontradas, o órgão fiscalizador IPHAN solicita a comprovação de sua efetividade. Assim, é necessária a execução de testes espectométricos, retirada de amostras para testes mecânicos e escavações para verificação. É imperativo que todos os procedimentos sejam devidamente documentados e auditados periodicamente por representantes da instituição, sob pena de embargo da obra até regularização às exigências da instituição.



Figura 04: Demolição de varanda posterior do prédio 01.
Fonte: ETU (2017)¹².



Figura 05: Demolição de estruturas da caixa d'água, a cobertura do prédio 07.
Fonte: ETU (2017)¹².



Figura 06: Recuperação total dos telhados.
Fonte: ETU (2017)¹².



Figura 07: Tesoura comprometida, prédio 01.
Fonte: ETU (2017)¹².

3.3. Recuperação e Manutenção de Áreas Degradadas

Muitas são as intervenções necessárias para a adequada manutenção, conforme observado nas Figuras 08 a 11, além de outros temas como a colocação de lajotas, o fechamento de vãos de janelas não pertencentes ao projeto original e outros.

Dentre as referidas, cita-se aqui a obra licitada e já concluída para a restauração dos prédios 01 a 06, primeira etapa prevista no Plano Diretor aprovado para recuperação do

conjunto. Nela, é prevista a retirada de árvores enraizadas nas paredes externas, recuperação de condições estruturais (Figura 12). Rachaduras, telhados, varandas e fachadas destes prédios (Figura 13). Neste mesmo escopo, ainda constava a demolição de edificações posteriores e alguns elementos espúrios que supostamente traziam prejuízos à “apreensão da configuração original” (ETU, 2017)¹². A segunda etapa concebe a restauração dos prédios 07 e 07A – por descontinuação dos pagamentos às empresas contratadas para realização dos serviços.

Rabello (2011)⁴ destacou que quase todos os blocos originais do conjunto encontram-se em estado precário de conservação, sendo que alguns destes interditados. Apesar de indícios de obras de recuperação em alguns dos blocos e de, acordo com relatado à CEPC-CMRJ, a execução de um plano-diretor de recuperação de todo o conjunto, o processo iniciado em 2013 pouco executou conforme cronograma inicial. Affonso (2012)¹¹ responsabiliza a constante interrupção das obras, causadas por recorrentes cortes nos financiamentos.



Figura 08: Situação da Fachada.

Fonte: Cavalcanti (2013) *apud* Monteiro (2014)¹.



Figura 09: Fachadas internas.



Figura 10: Esquadrias e vidros danificados.

Fonte: Cavalcanti (2013) *apud* Monteiro (2014)¹.



Figura 11: Partes em ruínas de prédios.

Fonte: Cavalcanti (2013) *apud* Monteiro (2014)¹.

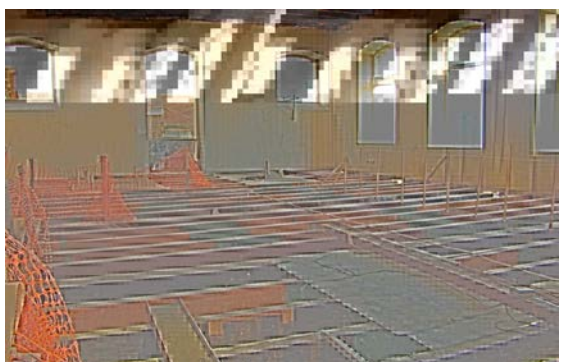


Figura 12: Reconstituição de assoalho danificado.

Fonte: ETU (2017)¹²



Figura 13: Recuperação dos revestimentos da varanda dos prédios 01 e 03.

Fonte: ETU (2017)¹²



Ademais, conforme exposto no item 3.4 deste texto, a recuperação de determinados elementos – como o assoalho danificado da Figura 12 – foi dificultada dadas as exigências solicitadas pela IPHAN. Por vezes, as especificações demandavam a substituição de materiais atualmente inacessíveis, uma vez resguardados por legislação ambiental. A substituição por outro somente é autorizada pelo órgão federal após análise da efetiva similaridade arquitetônica e estética do novo material. Tal processo usualmente é lento e desencorajador.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação de edifícios tombados é, indubitavelmente, um dos meios mais efetivos para a conservação da história de uma cidade e de seus habitantes, pois reflete a evolução das adaptações necessárias para a vivência através das diferentes épocas, além do testemunho de diversos movimentos estéticos, de arquitetura e de arte. Assim, a restauração de edifícios antigos é um meio de preservação de valores culturais, além de ambientalmente preferível, uma vez que as emissões de gases e geração de resíduos sólidos da construção civil seriam mitigadas.

Muitos autores afirmam, em especial Monteiro (2014)¹, que a restauração preventiva é o método mais eficiente para a manutenção das adequadas faculdades de uma edificação histórica. Contudo, a sistematização da manutenção programada, por vezes, é inviabilizada pela escassez de recursos e pelos obstáculos burocráticos impostos, causando uma problemática na promoção de intervenções tão necessárias em edifícios tombados. No que tange os investimentos, em uma série de reportagens investigativas, Rabello (2011)⁴ questiona a motivação pelas quais é decidida a destinação de verbas. De acordo com a mesma, interesses políticos devem ser responsabilizados pelo investimento do Estado em empreendimentos politicamente mais recompensadores, em detrimento à restauração de edificações como a do HESFA, cuja função social e relevância cultural são inegáveis.

Quanto aos impedimentos burocráticos, boa parte deve ser creditada à falta de orientação clara e objetiva sobre as intervenções permitidas pelos órgãos avaliadores. Isto, pois, a ambiguidade consentida pela legislação disponível atualmente provoca interrupções recorrentes e dificuldades desnecessárias e desmotivadoras aos profissionais e proprietários envolvidos.

Desta forma, é essencial a revisão das legislações, normas e diretrizes existentes por uma equipe multidisciplinar que, inclusive, vise a destinação de uma fração pré-determinada – e posteriormente auditada – de recursos repassados às instituições para sua preservação. Ainda, intervenções mais invasivas devem ser autorizadas, uma vez comprovada efetiva necessidade e ausência de alternativa, para a viabilização da conservação dos edifícios tombados no país.

5. AGRADECIMENTOS

É crucial reconhecer o papel fundamental que o Escritório Técnico da Universidade (ETU/UFRJ) desempenhou durante as pesquisas sobre projetos de restauração dos prédios.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



- (1) MONTEIRO, F. A. **O Abandono do Monumento: O Caso do Hospital Escola São Francisco de Assis.** Revista do Colóquio de Arte e Pesquisa do PPGA-UFES, ano 4, v. 3, n. 6, 2014, pp. 47-64.
- (2) SOUZA, M. V.; RIBEIRO, R. T. **Hospital São Francisco de Assis: Diretrizes de Projeto.** Anais do XI Congresso da ABRACOR, 2002, pp. 130-131.
- (3) KÜHL, B. M. **Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo: Reflexões sobre a sua Preservação.** São Paulo: Secretaria da Cultura, FAPESP, Ateliê Editorial, 1998.
- (4) RABELLO, S. **Hospital Escola São Francisco de Assis ou Crônica de um Descaso.** 2011. Disponível em: < <http://www.soniarabello.com.br/hospital-escola-sao-francisco-de-assis-ou-cronica-de-um-descaso/>>. Data de acesso: 30 de Novembro de 2017.
- (5) BERTOLUCCI, R., LIMA, L., CANDIDA, S. **Colando os Cacos de 135 Anos de História.** Jornal O GLOBO, Caderno Design Rio, 01/06/2014, p. 24.
- (6) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, UFRJ. **Plano Diretor UFRJ 2020,** 2009. Disponível em: < https://ufrj.br/docs/plano_diretor_2020/PD_2011_02_07.pdf>. Data de acesso: 30 de Novembro de 2017.
- (7) BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO, BNDES. **BNDES apoia com R\$ 2 milhões restauração do Hospital Escola São Francisco de Assis (RJ).** 16 de Fevereiro de 2011. Disponível em: < https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20110216_hesfa>. Data de acesso: 30 de Novembro de 2017.
- (8) SOARES, I. S. R., OLIVEIRA, C. T. A. **Preservação Arquitetônica: teoria, legislação e prática.** Revista CPC, n. 15, 2013, pp. 137-162.
- (9) TIRELLO, R. A. **Depoimento: Redescobrimo e Restaurando as Pinturas Murais dos Edifícios da USP.** Disponível em: < http://www.academia.edu/7155067/A_RESTAURA%C3%87%C3%83O_DE_PINTURAS_MURAS_NA_USP_RTirello>. Data de acesso: 30 de Novembro de 2017.
- (10) RABELLO, S. **Entrevista Exclusiva com a Vice Diretora do Hesfa.** 2011. Disponível em: < <http://www.soniarabello.com.br/entrevista-exclusiva-com-a-vice-diretora-do-hesfa-e-professora-maria-catarina-salvador/>>. Data de acesso: 30 de Novembro de 2017.
- (11) AFFONSO, J. **Tombados como patrimônio nacional, imóveis históricos do Rio sofrem com deradação e abandono.** Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/12/17/tombados-como-patrimonio-nacional-imoveis-historicos-do-rio-sofrem-com-degradacao-e-abandono.htm#fotoNav=3>>. Data de acesso: 30 de Novembro de 2017.
- (12) ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE, ETU/UFRJ. **Acervo da Restauração dos Predios 07 e 07A.** Disponível em: < http://www.etu.ufrj.br/siaci/imagem_from_obra/3>. Data de acesso: 01 de Dezembro de 2017.